

O “SANGUE” E O “SOLO”. O PATRIMÔNIO, FATOR DE PERTECIMENTO DE UM TERRITÓRIO URBANOⁱ

(THE “BLOOD” AND THE “SOIL”. THE HERITAGE, FACTOR TO THE BELONGING OF A URBAN TERRITORY)

(LE “SANG” ET LE “SOL”. LE PATRIMONE, FACTEUR D’APPARTENANCE À UN TERRITOIRE URBAIN)ⁱⁱ

RESUMO

A noção de patrimônio cultural material serve para fixar os grupos ao território, mas quando o ele é transmitido pelo próprio território a grupos que não reconhecem este patrimônio, como assegurar a sobrevivência do mesmo? Em uma vizinhança de um bairro onde populações instaladas recentemente não se enraízam pelo processo de territorialização e não passam pelo patrimônio, o grupo é privado de expressão identitária e de controle do território.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, Organização do espaço, Território

ABSTRACT

The concept of material heritage serves to settle the groups to the territory, but when it is transmitted through the territory itself to groups that do not recognize this heritage, how to ensure its survival? In a neighborhood where newly installed populations are not rooted by territorial procedures and do not pass through heritage, the group is deprived of identity expression and control of the territory.

Key words: Cultural Heritage, Space organization, Territory

RÉSUMÉ

La notion de patrimoine matériel sert à fixer les groupes au territoire mais quand le patrimoine est transmis par le territoire lui même à des groupes qui ne reconnaissent pas ce patrimoine, comment assurer la survie de ce patrimoine? Dans un quartier de banlieue où les populations installées récemment ne s'enracinent pas le processus de territorialisation ne passe pas par le patrimoine et le groupe est privé d'expression identitaire et de contrôle du territoire.

Mots clés: Patrimoine culturel, Organisation de l'espace, Territoire

Maria Gravari-Barbas

Professora de Geografia Física/Humana,
Econômica e Regional da Universidade de Paris
Panthéon Sorbone IREST, Instituto de Pesquisa e
Estudos Superiores de Turismo. Diretora da
Cadeira UNESCO “Cultura, Turismo,
Desenvolvimento”. Coordenadora da rede
UNITWIN UNESCO

Maria.Gravari-Barbas@univ-paris1.fr
Maria.Gravari-Barbas@wanadoo.fr

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, assiste-se a uma ampliação sem precedentes dos campos temáticos cronológico e espacial do patrimônio. Esta ampliação corresponde a uma tomada de consciência do público frente a testemunhos raro se geralmente frágeis de um passado cada vez mais próximoⁱⁱⁱ. A sensibilização do público exprime-se através da reapropriação de territórios e de objetos. Ela comporta a emergência de novas responsabilidades e suscitam novas tarefas, geralmente de organismos *addoc*^{iv}.

A EVOLUÇÃO DO AMBIENTE ASSOCIATIVO

A extensão do campo patrimonial é, de fato, acompanhada de uma evolução considerável do ambiente associativo. Se o patrimônio é, certamente, um dos setores culturais que conta com associações mais antigas, algumas das quais remontam à Primeira Guerra Mundial, o número destas aumentou significativamente a partir dos anos 1974-1981^v.

As grandes associações de vocação nacional^{vi}, normalmente surgem de um pequeno grupo, geralmente de uma elite aristocrática, intelectual ou científica (proprietários de castelos ou de monumentos históricos privados, pesquisadores, arquitetos), mas elas têm como alvo, graças a uma política midiática (divulgação de revistas e boletins de notícias, eventos, seminários, ou mesmo distribuição de prêmios^{vii}), um grande público interessado na preservação do patrimônio.

Ao mesmo tempo, um grande número de associações foi criado em nível local. O Ano do Patrimônio foi sem dúvida 1980. Foi considerado como a origem das associações e de sua multiplicação. A partir deste ano, na França, estima-se o número de 6000^{viii}. São associações criadas, em sua maioria, no contexto urbano, tendo como o objetivo o desejo de preservar um único testemunho do passado. Isto é geralmente qualificado de "menor" (de maneira implícita ou explícita) pelos atores envolvidos na proteção do patrimônio. Ele não atrai, por isso, a atenção de grandes instâncias e não justifica medidas de proteção ou ações de fundos importantes. São exemplos a loja "da esquina", a antiga fábrica, a capela, ou a velha escola. São elementos patrimoniais com os quais um grupo definido se identifica, porque seus pais aí têm trabalhado, porque ali viveram, porque esses testemunhos fazem parte do imaginário local.

PATRIMÔNIO FATOR DE PERTECIMENTO

A mobilização da associação ou do grupo intensifica-se caso o patrimônio em questão esteja ameaçado. A origem da maioria das associações locais, não encontra, na verdade, a concretização de uma realização de defesa para conservar um monumento, um bairro ou um sítio, ameaçado por projetos iconoclastas^{ix}. Neste caso, a oposição ao projeto reveste-se de uma característica de oposição social (é o caso de um projeto que ameaça, por exemplo, a composição demográfica de um bairro), ou política. Muitas são as associações de bairros criadas *sin extremis* para opor-se a um projeto ambicioso de "valorização" de um elemento ou de um conjunto urbano pela municipalidade.

Assim, se o entusiasmo do público pelas riquezas patrimoniais expressa-se por um "consumo" turístico focado em alguns monumentos maiores de abrangência nacional^x, sua mobilização (ou seja, a transição da contemplação para a ação) concentra-se sobre um patrimônio de proximidade, de caráter local. Pode-se, obviamente

interessar-se com os problemas de Veneza ou da Torre Inclinada de Pisa, pode-se mesmo "sentir-se também autorizado a ter uma opinião como os habitantes enraizados^{xi}", mas isso não vai acarretar, sem dúvida, a criação de uma associação em uma pequena aldeia francesa.

Em nível local, a mobilização de um grupo para a salvaguarda de um bem patrimonial de proximidade não é estranho pelo fato de que o grupo em questão sente-se geralmente despojado de elementos patrimoniais maiores, apoiados por atores institucionais. Na verdade, a margem de reação ou de intervenção em grandes projetos patrimoniais, tornou-se nos últimos anos o objeto de um novo "culto" no qual a tarefa do Ministério da Cultura, com seu "clero" de inspetores ou de arquitetos, as grandes empresas de engenharia cultural, ou agências especializadas, é de forma limitada.

As ações de salvaguarda são frequentemente acompanhadas de um contra projeto de valorização, que propõe a reinserção do objeto patrimonial na vida cotidiana do bairro. Muitas vezes é proposta sua instalação na área central, até mesmo nos locais da própria associação. Neste caso, a abordagem de uma identificação ao elemento patrimonial se caracteriza pelo reinvestimento concreto deste.

É importante compreender essa abordagem de identificação do patrimônio. De acordo com André Chastel, o apego ao patrimônio "*explicita uma relação particular entre um grupo legalmente definido e alguns bens materiais bastante concretos: um espaço, um tesouro, ou até menos^{xii}*".

Como destaca Jean-Michel Leniaud, o patrimônio não existe a priori. Um processo prévio de adoção é necessário. O grupo que se apropria "*não somente compreende seu significado, mas também se identifica por meio dele^{xiii}*".

A identificação comum conjunto de bens patrimoniais forja um sentimento de pertença a um grupo, graças a um jogo sutil de inclusão-exclusão. O patrimônio deriva do "*valor humano das posses, dos espaços defendidos contra forças adversas, dos espaços amados^{xiv}*". Como Fernand Braudel escreveu em Identidade da França,

"Uma nação não pode ser", senão a identificação do melhor, do essencial de si, consequentemente, de reconhecer em vista das imagens de marca, senhas conhecidas dos iniciados".

O PATRIMÔNIO SANGUE

Contudo, falando de patrimônio, quem são estes iniciantes dispondo de uma "senha"? A definição corrente de patrimônio o apresenta como um conjunto de bens que "*descendem, de acordo com as leis, dos pais e das mães para seus filhos^{xv}*" ou como "*os bens de família que se herdou de seus antepassados^{xvi}*" e deve, por sua vez, passar para seus descendentes. É o *patrimonium*, que vem de nossos pais, daqueles dos quais nascemos. De acordo com este corpo de definições, o patrimônio está fundado na lei de "sangue", sob uma filiação direta entre grupo produtor de riquezas (transformadas em Patrimônio) e seus herdeiros. Estes são os seus gestores atuais, mas também iniciantes dispondo dessa "senha", e permitindo reconhecer essas riquezas enquanto patrimônio.

O patrimônio está, de fato, ligado à busca das origens, *leitmotiv* das preocupações humanas^{xvii}. O princípio do patrimônio é um dos laços eternamente necessários para toda construção social, no sentido de que só a tradição permite a integração temporal de uma sociedade: privá-lo é ameaçá-lo de "anomia"^{xviii}.

A herança dos bens patrimoniais e a identificação de um grupo para com estes, legitima ações que são realizadas para sua salvaguarda. As associações que acabamos de mencionar agem em nome do grupo designado como herdeiro de um bem ou de um conjunto de bens, em oposição a um conjunto de atores institucionais, que veem sua legitimidade posta em prática.

No território urbano, essa ação é de particular importância. A fragmentação dos modos de vida, a desintegração das práticas sociais, a fragmentação das relações entre as pessoas, permitem ao patrimônio "sangue" desempenhar um papel unificador, através de um enfoque de identificação. Elas também permitem legitimar ações de oposição aos poderes institucionais. O elemento patrimonial torna-se a "bandeira" de um grupo, o fundamento de sua resistência, o objeto de medidas concretas, o centro unificador.

O processo de identificação do patrimônio é essencial, uma vez que permite não apenas a sobrevivência do bem patrimonial, mas também a identificação de um grupo, unidos em torno do elemento patrimonial.

Em outras palavras, a união dos indivíduos em torno de um elemento patrimonial, permite não somente defendê-lo, mas também de defender-se ou de passar da "defensiva para a ofensiva", notadamente pela afirmação de uma outra opção política, expressa também pelo viés patrimonial.



A identificação de um grupo para com um território é expressa, essencialmente, através de elementos patrimoniais *materiais* conduzidos pelo território. Estamos aqui em um esquema onde o grupo em questão, instalado em um território (neste caso urbano) adota, enquanto *herdeiro* do grupo criador, o patrimônio de seu território. No caso da figura 1, há, para o grupo, uma correspondência território- patrimônio (Figura 1).

O PATRIMÔNIO "SOLO"

O esquema é muito diferente quando o patrimônio é transmitido pelo próprio território a um grupo que não se reconhece no legado do grupo criador, e que, portanto, não se identifica com as riquezas históricas, artísticas, etnológicas herdadas do território.

Pode-se, certamente, contestar aqui o termo "patrimônio". Se, de fato, ele não existe a priori, como temos mostrado como podemos qualificar de patrimoniais os bens que são ignorados enquanto tais, pelo grupo que os herdou? Na verdade, consideramos aqui riquezas artísticas, estéticas, históricas, importantes para outro grupo que se reconhece neste patrimônio, este grupo podendo estender-se, em alguns casos, para a humanidade^{xix}.

Dois problemas podem, então, ser colocados:

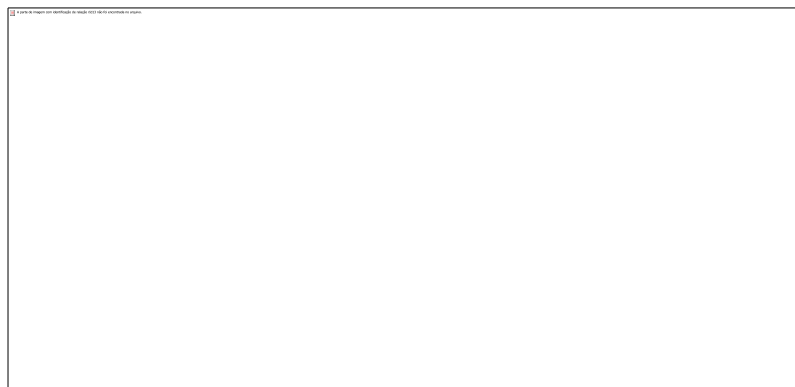


O primeiro diz respeito à sobrevivência do próprio patrimônio. Tendo sido incapaz de estabelecer vínculos identitários com os herdeiros do solo, resultando em sua "adoção", ele não é levado em conta enquanto bem patrimonial por seus atuais gestores. Os exemplos são muitos, mas o caso de edifícios religiosos é o mais representativo. Podemos citar as sinagogas gregas, abandonadas após o extermínio quase total dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial, apesar de seu indiscutível interesse arquitetônico e artístico^{xx}. Este também é o caso da arquitetura religiosa muçulmana herdada da ocupação otomana: na Grécia, um grande número de mesquitas pereceu durante os séculos XIX e XX, deliberadamente ou num processo de lenta deterioração, enquanto outras virão nos próximos anos, já que esta marcha segue^{xxi}. É inversamente o caso da arquitetura religiosa ortodoxa nos velhos centros do helenismo, hoje em território turco. Aqui também, as principais testemunhas da arquitetura bizantina sofreram os efeitos do abandono. Os desgastes podem ser limitados somente ali onde ocorreu reconversão do edifício, desreapropriação funcional, senão afetiva^{xxii}, pelos herdeiros do solo.

Os casos mencionados, extremos, destaca, mas difíceis relações com as riquezas artísticas que apelam para um passado doloroso ou simplesmente desconfortável, que se prefere eclipsar (procura-se no passado muito mais a justificativa do presente do que sua discussão) ou esquecer: na maioria dos casos, o desaparecimento de testemunhos do passado deve-se à indiferença. Alguns, de outra forma, seriam tentados a dizer que o conceito de "Patrimônio Mundial" é utópico ou muito abstrato, uma vez que o elemento patrimonial escapa, então, de um processo de adoção pelo grupo que deveria estar envolvido - neste caso, a humanidade^{xxiii}.

O segundo problema é de outra ordem. Evocamos o papel unificador do patrimônio que pode transformar-se, em alguns casos, em ferramenta de oposição social ou política. Os casos que acabamos de mencionar acentuam o fato de que nem sempre existe, para um grupo, uma correspondência patrimônio-território.

No entanto, nestes exemplos, se a identificação com o território não ocorre por meio de um conjunto de bens patrimoniais (não reconhecidos), ela é assegurada através de outros. Se o patrimônio deixa de fora algumas unidades, ele inclui outras, e então assegura sempre uma função unificadora, social, cultural, política (Figura 2).



O PATRIMÔNIO EXTERRITORIALIZADO

Examinemos agora o caso de um bairro em uma periferia urbana. Muitas vezes temos que lidar com uma população instalada recentemente, mostrando uma mobilidade importante, ou com origens muito diversas (residentes de raízes, repatriados, imigrantes, sazonais). Em alguns bairros *aturn-over* é de quatro anos em média^{xxiv}. O processo de territorialização não passa inicialmente pelo viés do patrimônio. Se o território é marcado e demarcado pelos grupos, essas demarcações não podem ter uma representação material do "signo urbano", de monumento. Em qualquer caso, não é necessariamente uma representação patrimonial. Quanto às referências patrimoniais do grupo, elas podem apelar para outros territórios, ou serem desprovidas de suporte territorial.

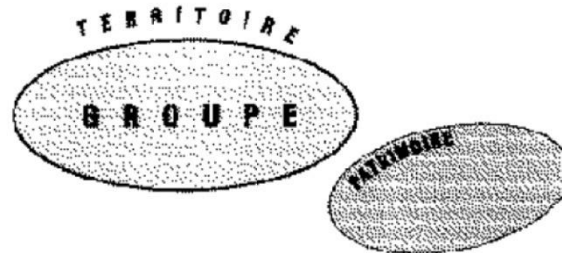


Schéma 3.

O patrimônio pode concentrar-se nas tradições orais ou artesanais, apresentando também uma grande "mobilidade" no sentido de que elas são capazes de ajudar o grupo em suas migrações. Pode-se, portanto, evocar, neste caso, senão uma ausência, em todo caso, um fenômeno de exterritorialização do patrimônio (Figura 3).

A ausência de referências patrimoniais territorializadas priva o grupo de uma expressão identitária, espacialmente expressa através de lugares afetivos. Ela também o priva de uma ferramenta de controle (pelo viés de um consenso ou de uma oposição) de seu território.

PATRIMONIALIZAÇÃO – TERRITORIALIZAÇÃO

Esta situação suscitou reações de parte daqueles que veem no patrimônio uma ferramenta de fixação de um grupo a um território. Trata-se daqueles que se pode chamar de "empresários de localização", para pegar emprestada uma frase Alain Bourdin, "*aqueles que por sua função ou por outras razões, têm interesses para que os grupos se liguem a um lugar*"^{xxv}. A oposição sendo preferível à anomia. No primeiro posto destes empreendedores de localização, encontram-se, evidentemente, os prefeitos^{xxvi}.

Assim, a falta de vínculos identitários entre uma população e seu território alimentou, nos últimos anos, novo discurso defendendo a "monumentalização dos subúrbios"^{xxvii} e a criação, ou mesmo a invenção *ex nihilo*, de objetos chamados a desempenharpapel de Monumento (senão de monumento histórico). Trata-se de fazer ascender os territórios da periferia urbana ao posto de "território - patrimônio", monopolizado até uma data bastante recente pelo centro histórico.

As abordagens não têm nada de surpreendentes. De fato, ao longo do século, passou-se conceitualmente de elemento patrimonial isolado para o conjunto monumental, ao centro histórico e, finalmente, ao centro urbano (e timidamente) para o organismo urbano na sua totalidade^{xxviii}. As abordagens que visam mostrar os méritos do patrimônio da periferia urbana e a valorizá-lo, multiplicam-se e organizam-se^{xxix}. Este fenômeno exigiu uma mudança conceitual, conduzida não somente sobre a extensão espacial, mas também sobre a extensão temática do campo patrimonial. Falando de patrimônios de subúrbios pensar-se-ia provavelmente em outros testemunhos do que os tidos em conta pela Direção de Patrimônio^{xxx}. Este se esforça, no entanto, em seguir: assistiu-se à reabilitação dos "tags" – grafites que floresciam sobre os muros dos subúrbios – seguida por uma exposição organizada sob a cúpula do Museu Nacional de Monumentos Franceses^{xxxi}.

Esta extensão da noção de patrimônio exprime uma vontade de escapar do "risco maior" que é:

"Antes de toda desqualificação e homogeneização dos nossos lugares de vida... basta pensar em nossas zonas comerciais e artesanais que cercam a menor das nossas aldeias^{xxxii}".

O patrimônio se tornaria então um baluarte contra o espaço vago e anômico. A abordagem merece análise. O patrimônio, temos mostrado, não existe à priori. Ora, pergunta-se aqui sobre o existir a posteriori, o que não é desprovido de paradoxos. Assim, impõe-se uma correspondência espacial (até então inexistente) entre o patrimônio e o território de um grupo, ou seja, opera-se, por força, uma *patrimonialização do território*.

Deve-se ressaltar a diferença essencial entre o *patrimonial* e *patrimonialização*. A primeira noção oferece uma leitura "perene" do patrimônio que insiste sobre o "tempo longo". O segundo insiste sobre a característica profundamente contingente da forma patrimonial e, particularmente, sobre sua relação com a cultura política contemporânea^{xxxiii}.

Neste último caso, a designação dos objetos eleitos, suscetíveis de a ceder ao posto patrimonial, é ordenada do exterior, por parte dos tomadores de decisões e dos atores chamados a intervir em um território mal integrado ao vivido de sua população. O patrimônio é então chamado a desempenhar o papel que normalmente lhe é atribuído, ou seja, aquele do *cimento identitário*. Pode-se ver no processo de patrimonialização apresentado acima um exercício intelectual perigoso, caracterizado pela evidência de um desejo de "queimar etapas".

Estudos têm destacado a relação conceitual que aproxima o patrimônio do território^{xxxiv}. No entanto, os conceitos de territorialização e de patrimonialização não guardam sua autonomia relativa, mesmo se, de fato, a última e decisiva etapa de enraizamento corresponder à patrimonialização do território.

Com efeito, se a territorialização encontra suas raízes no passado, ela está firmemente ancorada no presente. No entanto, a patrimonialização, passa, inevitavelmente, por uma etapa de desconexão com o presente. Um objeto, um conjunto, um espaço se torna patrimonial depois de ter consumido sua ruptura com o presente, após ter perdido o seu valor de uso. Como Chastel e Babelon têm demonstrado, o objeto tornando-se elemento do patrimônio, muda de função e de natureza.

CONCLUSÃO

Durante os últimos anos, entrou-se numa lógica de patrimonialização do território urbano, lógica expressa em certo grau pela evolução do quadro jurídico^{xxxv}. Mas, no momento, expressa apenas por uma elite científica ou institucional, em desacordo com a percepção do patrimônio pelos indivíduos^{xxxvi}.

Esta lógica recai sobre a perenidade da noção de patrimônio material, correspondente ao patrimônio "sangue", mas não pode ser aplicada ao patrimônio imaterial (o oral, as tradições, os saberes fazer), mesmo se este último estiver incluído no conceito^{xxxvii}.

Além disso, nos debates sobre a noção de patrimônio, sente-se uma dificuldade em admitir a existência ou a natureza intrínseca do patrimônio imaterial: "*Como interpretar o patrimônio sem ter em conta seu assento espacial, territorial*"^{xxxviii}?

As análises do conceito de patrimônio, abundantes durante as duas últimas décadas, deram mais ênfase sobre o *objeto* (geralmente tratados como patrimônio - identidade nacional: patrimônios "sangue" e "solo" ao mesmo tempo) do que sobre o *tema*, ou seja, os diferentes grupos sobre o território nacional, para os quais o patrimônio foi investido de múltiplos e diferentes significados. As situações mais complexas foram esvaziadas. No entanto, em um contexto amplamente multicultural, podemos ficar em uma lógica unânime cuja facticidade é muitas vezes notória?

Se o patrimônio "sangue" apresenta os atributos atuais do elemento patrimonial, garantindo assim o conjunto dos papéis em que ele é chamado para atuar, notadamente o de elemento unificador, o patrimônio "solo" ou o patrimônio "exterritorializado", exigem uma abordagem diferente, para que eles possam executar essas funções.

O patrimônio "solo" parece geralmente ser considerado pelas medidas de proteção em países desenvolvidos, possuindo uma legislação sobre o patrimônio, mesmo que esta apresente lacunas e desajustes significativos. No entanto, deve-se ter cuidado quanto às modalidades de escolha dos elementos considerados, operação altamente delicada, o que leva à pergunta: "como se escreve a história?" Nos países que começam a se interessar pela questão, as coisas são mais difíceis. Contudo, pode-se imaginar que, em uma economia globalizada, a proteção do patrimônio "solo" (pelo menos onde ele também tem uma dimensão econômica) é apenas uma questão de tempo.

O patrimônio exterritorializado requer, porém, uma abordagem muito mais sutil. O que conserva as populações desenraizadas, os novos nômades de nossas cidades? Memórias, costumes, canções, danças, tradições orais? Uma vez os pontos rompidos, o que resta dos elementos materiais de um ex-patrimônio? Quase nada, somente imagens, dificilmente transportáveis para um novo território. Como tratar este patrimônio imaterial, sem âncoras nos novos territórios, no novo porto de atraque do grupo?

No caso das periferias urbanas que mencionamos anteriormente, a "monumentalização", antes de *patrimonializar o território*, tendência atualmente delineada, consistiria mais em *territorializar o patrimônio*, questão que exigiria um cenário urbano flexível, "elaborável" e adaptável. Reflexão utópica na nossa sociedade, onde o patrimônio é também uma memória comercializável, um elemento que responde a "normas" precisas? Pode ser, mas a cinco anos do segundo milênio, a era do imaterial, das autoestradas, da informação, da imagem instantânea, em que a profecia do "domínio urbano do não lugar" parece estar cumprida^{xxxix}, podem sentir-se autorizados a advogar a inclusão do patrimônio exterritorializado e do patrimônio nômade.

Notas Finais

ⁱ Artigo originalmente publicado em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers08-09/010014865-69.pdf>.

ⁱⁱ Artigo traduzido por Raimundo Freitas Aragão

ⁱⁱⁱ Se, com efeito, até 1981, somente 30 % dos franceses afirmavam visitar um monumento histórico, este percentual passa para 37% em 1987 e para 57% em 1993. FAUCHEUR, Patrick, 1994, "Mise en valeur du patrimoine et aménagement du territoire", in *Cahiers des Espaces*, No 37.

De outra parte, as 12^{èmes} "Journées portes ouvertes" des Monuments Historiques, les 16 et 17 setembro último mobilizaram 7 milhões de visitantes contra 6,5 milhões do ano anterior.

^{iv} JEANNOT, Gilles, 1988, "Du monument historique au patrimoine local, histoire des sociétés savantes et associations de sauvegarde du patrimoine en France depuis 1945", Thèse 3^e cycle, dir. Françoise Choay, Paris VIII.

^v Leniaud, Jean-Michel, 1992, *L'Utopie Française, Essai sur le Patrimoine*, Mengès, Paris.

^{vi} Para citar algumas: "Sauvegarde de l'Art Français", 1914, "La Demeure Historique", 1923, "Les Vieilles Maisons Françaises", 1958, "La Ligue Urbaine et Rurale", "Les Sites et Monuments", "Les Maisons Paysannes de France", "La Section Française de l'ICOMOS", "Gallia Nostra", "Civitas Nostra", "Patrimoine Rhônalpin". Poder-se-iam ajustar as associações dos jovens benevolentes como "Rempart", "Cotravaux", "Le Club du Vieux Manoir", et j'en oublie.

^{vii} É, por exemplo, o caso da "Ligue Urbaine et Rurale".

^{viii} NEYRET, Régis, 1992, "Le Patrimoine Valeur Ajoutée", in *Le Patrimoine Atout du Développement*, Lyon, Presses Universitaires, pp. 7-17.

^{ix} Idem. O patrimônio torna-se hoje terreno de encontro entre administrações e associações, um emaranhado de parcerias e de instâncias de decisão.

^x Corardelle, Michel, et Alain Monferrand, 1995, *Économie Touristique et Patrimoine Culturel*, Conseil National du Tourisme, Section de l'aménagement touristique, La Documentation Française.

Agnus, Jean-Michel, et Edwige Zadora, 1987, *Repères sur les monuments historiques protégés*, Ministère de la Culture et de la Communication, Direction de l'administration générale et de l'environnement culturel, Département des études et de la prospective, La Documentation Française.

^{xi} Bourdin, Alain, 1992, "Patrimoine et demande sociale", in *Le Patrimoine Atout du Développement*, Lyon, Presses Universitaires, pp. 21-30.

^{xii} Chastel, André, 1993, "La notion du patrimoine", in Nora, *Les Lieux de Mémoire, La Nation*, tome 2, Paris, Gallimard.

^{xiii} Leniaud, op.cit.

^{xiv} Bachelard, cité in Parent Michel, 1991, "Les élans sublimés de la mémoire", in *Apologie du Périssable*, sous la direction de Robert Dulau, éd. du Rouergue, p. 13-17.

^{xv} Dictionnaire Littré.

^{xvi} Dictionnaire Petit Robert.

^{xvii} Responsável, entre outros, pela apropriação de museus de arqueologia e da pré história.

^{xviii} Shils, Edward, *Tradition*, Chicago 1981, cité in Poulot Dominique, 1994, *Bibliographie de l'Histoire des Musées de France*, Paris, Éditions du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques.

^{xix} Junta-se aqui a definição de Patrimônio Mundial, segundo a UNESCO.

^{xx} BATOPOULOS, Nikos, 1995, "Synagoges stin Ellada", (Les Synagogues en Grèce), journal *Kathimerini*, 2 avril 1995.

^{xxi} Sotiriou-Dorovini, Ioanna, 1995, "To Yeni Tzami kai to Azizié Hamam", (La Yeni mosquée le hamam Azizié), journal *Kathimerini*, 21 maio 1995.

^{xxii} A salvaguarda das igrejas ortodoxas (pelo menos no que concerne ao construído) pode ser assegurada notadamente lá, onde houve reconversão do edifício em mosteiro, então adoção "afetiva" do monumento através do culto.

^{xxiii} Como nota J.P. Babelon, "a noção de mestre da cultura e da arte universal patrocinada pela UNESCO e aprovada pelo Icomos, marca um retorno ao quadro prestigioso das "maravilhas do mundo inventado pelo universalismo antigo", o que não corresponde efetivamente ao contexto atual. BABELON, J.-P. et Chastel André, La notion de patrimoine, (première éd. Revue de l'Art, 49/1980), Aubenas, Ed. Liana Levi, 1995, p. 104 .

^{xxiv} Trata-se notadamente das "Villes-banlieues" dominadas por grandes conjuntos. A mobilidade da população em Chenôve é de quatro anos em média.

^{xxv} Bourdin, Alain, "Patrimoine et Demande Sociale", in *Le Patrimoine Atout du Développement*, Lyon, Presses Universitaires, 1992, pp. 21-30.

^{xxvi} A.M.V.B.F. (Association des Maires Ville et Banlieue de France), *Connaître et Valoriser le Patrimoine Culturel des Villes de Banlieue*, Actes de Séminaire, octobre 1988.

^{xxvii} Entretien de Oriol Bohigas, 1994, in *La ville, six interviews d'architectes*, Le Moniteur.

^{xxviii} Choay, Françoise, 1992, *L'allégorie du patrimoine*, Paris, Seuil.

^{xxix} A.M.V.B.F., idem

^{xxx} Isto é, um patrimônio geralmente caracterizado de "monumental". No entanto, na ausência de uma doutrina precisa, a definição do patrimônio segundo a Direction du Patrimoine faz parte de um ecletismo, submetido à política e aos efeitos do "espírito da época". Elle fica então em um vazio relativo.

^{xxxi} Exposição de grafites organizado pelo Ministère de la Culture no Musée National des Monuments Historiques, Palais de Chaillot, 1992.

^{xxxii} AUGÉ, Marc, 1991, "Le Patrimoine contre la Mort", in *Apologie du Périssable*, sous la direction de Robert Dulau, éd. du Rouergue, p. 331-333.

^{xxxiii} Poulot, Dominique, op.cit. p. 15.

^{xxxiv} Di Méo, Guy, 1995, "Patrimoine et Territoire, une Parenté Conceptuelle", in *Espaces et Sociétés, Méthodes et enjeux spatiaux*, No 78, L'Harmattan.

^{xxxv} Lei de 1913, perímetro de 500 m, lei de 1930, setores salvaguardados, 1962, ZPPAU 1983, ZPPAU 1993. O quadro jurídico acusa evidentemente um atraso notável em relação à ampliação conceitual do campo espacial do patrimônio.

^{xxxvi} Segundo uma pesquisa conduzida pela Association des Maires Ville et Banlieue de France, a grande parte da população das "villes-banlieues" é pouco ou não sensibilizada em relação ao seu patrimônio. As referências patrimoniais, quando elas existem, focalizam-se essencialmente sobre as "ville-centre". A.M.V.B.F., op.cit. p. 7.

^{xxxvii} É o caso dos "*lieux de mémoire*" (*lugares de memória*), expressão recente, que visa a preencher o vazio do patrimônio imaterial, expressão ambígua, no sentido em que a memória não é de "lugar". O Ministério da Cultura procurava, no entanto "*lugares profundamente materiais, de terra e pedra, como uma espécie de osmose com os eventos, os homens ou as obras que eles viveram arrancando de sua existência natural, subtraindo dele o universo abstrato da cultura*". Leniaud, op. cit. p. 122.

^{xxxviii} Di Méo, Guy, op.cit. p. 16.

É necessário destacar as dificuldades reais das questões, visando dar conta hoje do patrimônio imaterial. "L'affaire" de Fouquet demonstrou os limites da proteção de um patrimônio imaterial tal qual uma importante marca, a designação de uma coisa vulgar, de um saber-fazer. A Lei de 1913, fundada sobre a distinção entre bens móveis e imóveis, não seria em nada adaptada à proteção das coisas imateriais. Ver Leniaud, op.cit. p. 120.

^{xxxix} Refere-se aqui à noção de "*non-place urban realm*", proposto por Melvin Webber, querendo designar a criação de imagem composta de um ambiente urbano cosmopolita, independente do contexto urbano existente. Webber, Melvin, 1964, "The Urban Place and the Non-Place Urban Realm", in *Explorations in Urban Structure*, Philadelphia, éd. Melvin Webber